

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho

O Trabalho no Século XXI

Mudanças, impactos e perspectivas

GT 12 - O Trabalho Artístico e Técnico no Contexto da Indústria Cultural

**CULTURA E ENSINO SUPERIOR: IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA
GRADUAÇÃO E NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTE NO BRASIL**

CÁRMEN LÚCIA RODRIGUES ARRUDA

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Faculdade de Educação

Universidade Estadual de Campinas

Novembro de 2012

RESUMO

O crescimento do mercado cultural e da importância assumida pela educação e pela cultura como eixos políticos e econômicos parece justificar, cada vez mais, a formação superior de profissionais em Arte. A docência universitária é, atualmente, uma possibilidade crescente de assalariamento para o artista, frequentemente submetido a formas instáveis de trabalho, levando a uma tendência crescente na formação desse profissional em nível superior. A formação e o trabalho institucionalizados revelam tensões antes inexistentes para a área, indicando que a universidade ainda não possui mecanismos eficientes para o reconhecimento da produção artística como produção acadêmica. Tendo como recorte analítico o Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, o objetivo deste estudo é contribuir para a compreensão da relação entre arte e ensino superior.

As atuais políticas públicas nacionais voltadas à educação e à cultura são resultado de um processo histórico, em que mudanças políticas, econômicas e sociais se mostram determinantes. A análise desse contexto demonstra a importância da forte presença do Estado para a área.

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, trouxe também a tentativa de reprodução, na colônia, da noção de cultura da corte portuguesa. No entanto, a vinda da Missão Francesa e a fundação da Escola de Belas-Artes e da Biblioteca Nacional, dentre outras ações, não significaram a articulação política das atividades culturais (CARVALHO, 2009).

Essa desconexão perdurou até os anos 1930, quando Getúlio Vargas percebeu, nessa área, um campo político importante para a construção de uma estratégia de Estado. Em seu governo, foi implantada a estrutura institucional necessária para a promoção de políticas públicas para a cultura, inclusive com a criação de órgãos voltados especificamente para essa finalidade (CURY, 2002).

Essa foi a estrutura mantida até o final dos anos 1970, quando o governo militar, na tentativa de recuperar “a proximidade com a classe artística nacional e com a sociedade civil que dava sinais cada vez mais nítidos de resistência ao regime militar e que marcava a vontade política de recuperar seus direitos de cidadania” (CURY, 2002, p. 51), criou órgãos como a *Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima* (Embrafilme) (BRASIL, 1969) e a *Fundação Nacional de Arte* (Funarte) (BRASIL, 1975). Em 1975, foi estabelecida a Política Nacional de Cultura, colocando-a como uma das metas da política de desenvolvimento do governo.

Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura, tendo por objetivo criar mecanismos para estabelecer o setor cultural como parte importante da economia do país, com a geração de empregos e de renda. A economia da cultura começava a mostrar-se, o que se confirmou em 1986, com a aprovação da Lei n. 7.505/1986 (BRASIL, 1986), conhecida como Lei Sarney, permitindo a atração de investimentos da iniciativa privada para a cultura, por meio da renúncia fiscal.

A Constituição de 1988 reorientou as noções de cultura e de patrimônio cultural, na busca da democratização e de uma maior participação da sociedade. No entanto, dois anos depois, o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) extinguiu o sistema anteriormente estabelecido – órgãos, instituições culturais e o próprio Ministério da Cultura. Em 1991, extinguiu também a Lei Sarney e, em substituição, instituiu a Lei n. 8.313/1991 (BRASIL, 1991), conhecida como Lei Rouanet, por meio da qual tornou-se possível a captação de recursos da iniciativa privada para a área da cultura, dando como contrapartida, às empresas, a isenção fiscal (ALVES, 2011). Alves destaca que as captações de recursos por meio de renúncia fiscal continuaram vigorando, em níveis ainda mais elevados, nos governos seguintes, dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), estabelecendo definitivamente esse campo como um campo econômico: a Economia da Cultura.

Portanto, o que se vê atualmente é um setor cultural cada vez mais complexo, visto como estratégia de governo: exige profissionalização, recursos humanos capacitados e investimento na qualificação profissional (CUNHA, M.H., 2009).

Na outra vertente, a do ensino superior, nos tempos do Império era ministrado em colégios jesuítas, tendo por objetivo principal a formação de pessoal para a própria Igreja. Com a transferência do reino português para o Brasil, foram criados os primeiros cursos voltados à formação profissional dos militares e dos quadros burocráticos para o Estado (CUNHA, L.A., 2007). O ensino superior brasileiro, desde esse período, tem sido caracterizado prioritariamente pelo pragmatismo e pelo utilitarismo. Desde o princípio, foi pensado no sentido de formar profissionais para necessidades específicas de cada momento histórico.

A força do modelo estabelecido no período colonial continua presente na universidade brasileira atual, sendo o conceito de ensino superior majoritariamente moldado em institutos isolados, dedicado à formação de quadros profissionais e calcado na organização privada (CUNHA, L.A., 2007).

As repercussões das políticas públicas voltadas à educação e à cultura aparecem traduzidas no aumento considerável do número de matrículas em cursos superiores da área

artística. Nos últimos vinte anos, estes números vêm crescendo de forma significativa, como demonstram os dados observados no Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Ministério da Educação (MEC), referentes ao ensino superior no Brasil.

A socióloga Liliana Segnini (2007) demonstrou que, em Dança e em Música, esse número praticamente duplicou no período de 1991 a 1999, sendo a maioria das matrículas em instituições de ensino superior públicas (SEGNINI, 2007). O crescimento de matrículas em cursos voltados à área artística continuou ocorrendo nos anos subsequentes a esse período, tanto nos cursos de formação de professores, quanto nos de bacharelado.

O ensino superior brasileiro reafirma a sua importância para o mercado de trabalho. As profissões, no Brasil, são garantidas prioritariamente por uma formação no ensino superior, reafirmando a economia do diploma descrita por Grandgérard (2007). O movimento na área de Arte – demonstrado pelos números crescentes – tanto de estudantes quanto de instituições de ensino superior revela o caráter pragmático desse nível de ensino para a sociedade brasileira, influenciado pelo Estado e pelas políticas públicas, que reforçam a educação e a cultura como mercadoria.

Como consequência, a docência universitária é, atualmente, uma possibilidade crescente de assalariamento para o artista, frequentemente submetido a formas efêmeras e instáveis de trabalho, como já observado por inúmeros autores (BECKER, 1992; FREIDSON, 1986, 1994; MENDER, 2005, 2009; MOULIN, 1992, 2000; PARADEISE, 1999). Esse fato leva a uma tendência crescente na formação desse profissional em nível superior – graduação e pós-graduação – na área de Arte. A formação e o trabalho institucionalizados revelam problemas e tensões antes inexistentes para a área, indicando que a universidade ainda não possui mecanismos eficientes para o reconhecimento da produção artística como produção acadêmica, principalmente face às exigências dos órgãos de avaliação e de fomento. Este fato lhes atribui o estigma da inferioridade descrito por Elias e Scotson (2000) em *Os estabelecidos e os outsiders*.

Tendo como recorte analítico o Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, a docência universitária de artistas foi analisada nesta pesquisa, tendo como

objetivo a compreensão das relações de trabalho vivenciadas por esses professores, cuja produção artística e acadêmica é desenvolvida numa instituição regida por normas burocráticas e controlada por órgãos de avaliação e de fomento. As trajetórias individuais e profissionais desses professores e pesquisadores foram reconstituídas por meio de entrevistas, analisadas conjuntamente com dados e documentos históricos referentes à Unicamp e ao Instituto de Artes e face às políticas públicas para o ensino superior e a cultura no Brasil.

O conseqüente processo de institucionalização das artes, como resultado de sua inserção na universidade, será aqui analisado por meio das categorias desenvolvidas pelo sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), em diferentes obras. As relações de trabalho examinadas nesta pesquisa, estabelecidas entre os artistas docentes, serão analisadas, considerando as contribuições do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), e dialogarão com pesquisas recentes sobre o mesmo objeto – trabalho artístico (FREIDSON, 1986, 1994; MENDER, 2005, 2009; SEGNINI, 2007, 2009, 2011).

Fica demonstrado, neste trabalho, que o aprofundamento das exigências acadêmicas – pela lógica produtivista e traduzida em resultados numéricos – afeta particularmente o professor artista, por pretender conjugar, num mesmo profissional, o artista com obra reconhecida e o acadêmico com formação na área, sem que haja, ainda, mecanismos eficientes para o reconhecimento dessa forma de produção.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Aparecida. As implicações das leis de incentivo à cultura sobre o processo de produção dos espetáculos no Theatro Municipal de São Paulo. *Estud. sociol.*, Araraquara, v.16, n.30, p.161-175, 2011.

BECKER, Howard Saul. *Art worlds*. London, England: University of California Press, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei nº. 862, de 12 de setembro de 1969. Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (EMBRAFILME), e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 6.312, de 16 de dezembro de 1975. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Arte e dá outras Providências.

BRASIL. Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

BRASIL. Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. In: CALABRE, Lia (Org.). Políticas culturais: reflexões e ações. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 18-33.

CUNHA, Luiz Antonio. A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Maria Helena. Recursos humanos da cultura: perfil, nível e área de formação nos municípios brasileiros. In: CALABRE, Lia (Org.). Políticas culturais: reflexões e ações. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 130-145.

CURY, Cláudia Engler. Políticas culturais no Brasil: subsídios para construções de brasilidade. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders. Tradução de Vera Ribeiro. Tradução do posfácio à edição alemã de Pedro Süsskind. Apresentação e revisão técnica de Federico Neiburg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREIDSON, Eliot. Les professions artistiques comme défi à l'analyse sociologique. *Revue de sociologie française*, v. 27, n. 3, p. 431 – 443, 1986.

FREIDSON, Eliot. Pourquoi l'art ne peut pas être une profession (Why art cannot be a profession). In: MENDER, P.-M.; PASSERON, J.-C. (Ed.). *L'art de la recherche, Essais en l'honneur de Raymonde Moulin*. Paris: La Documentation Française, 1994. p.117-135.

GRANDGÉRARD, Colette. Savoir, expériences et élaboration de nouvelles norms par les pouvoirs publics dans l'enseignement supérieur. *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs* – Ares, Maison des sciences de l'homme, Paris, France, n.6, p.101-118, 2007.

MENDER, Pierre-Michel. *Le travail créateur: s'accomplir dans l'incertain*. Paris, França: Seuil; Gallimard, 2009.

MENDER, Pierre-Michel. Retrato do artista enquanto trabalhador. *Metamorfoses do capitalismo*. Lisboa, Portugal: Roma Editora, 2005.

MOULIN, Raymonde. *L'artiste, l'institution et le marché*. Paris: Flammarion, 1992.

MOULIN, Raymonde. *Le marché de l'art: mondialisation et nouvelles technologies*. Paris: Flammarion, 2000.

PARADEISE, Catherine. Les métiers du comédien. In: *SÉMINAIRE CONTRADICTIONS ET DYNAMIQUE DES ORGANISATIONS*, Decembre 1999, France. Actes...

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli (Coord.). Trabalho e formação profissional no campo da cultura: professores, músicos e bailarinos. Relatório do Projeto Temático Fapesp. 2007.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Vivências heterogêneas do trabalho precário: homens e mulheres, profissionais da música e da dança, Paris e São Paulo. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (Org.). Trabalho flexível, empregos precários? São Paulo: Edusp, 2009. p. 169-202.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. À procura do trabalho intermitente no campo da música. *Estud. sociol., Araraquara*, v.16, n.30, p.177-196, 2011.